



Alguns Motivos para Participar da II Conferência de Cultura de Rio Branco

Eurilinda Figueiredo

xapuriense, professora de língua portuguesa e literatura, gestora da FGB e conselheira do conselho municipal de políticas culturais de Rio Branco.

O que é ser um cidadão brasileiro – acreano - rio-branquense? Que traços nos tornam cúmplices nas maneiras de ser, fazer, saber e viver, e permitem a outros cidadãos deste país (e de outros países também) nos identificar como ‘deste’ lugar, e não de outro?

Temos palavras inventadas por nós que são correntes em nosso vocabulário; de maneira acreaníssima, desenvolvemos modos próprios de falar e pronunciar o português; temos uma religião originária que forjou o novo a partir do diálogo entre várias outras maneiras de acreditar. Somos passionais quando o assunto é a NOSSA terrinha, e isso vale também para os filhos adotados (e são muitos os casos de sujeitos que beberam a água do rio Acre e se ‘perderam’ por essa terra).

Também, e nesse caso principalmente, participamos ativamente da vida política, em todas as esferas e dimensões, ainda que pra negar essa participação, pra falar mal do poder público, pra desenvolver novas formas de luta e resistência (lembra dos empates?), pra ‘encrençar’ com velhos e novos rivais (pra ‘azeitar’ nossa habilidade de argumentar), ou simplesmente pra exercer (direito congênito ou adquirido, difícil precisar...), a teimosia, a arenga, a oposição, a contradição, a ambigüidade, e por aí vai, (mas aaaai do ‘desgraçado’, de FORA, que se arvorar a falar mal daqui, ou que tentar nos convencer a fazer as coisas a SUA maneira).

Esse nosso jeito de ser e fazer alicerçou (e ainda hoje é suporte e fundamento) o processo de construção de políticas para a cultura de Rio

Branco. Temos trabalhado para a cultura mudar de lugar, mudar de posição, ganhar 'status' de institucionalidade, de área cuidada pelo poder público. Claro que fizemos isso à nossa maneira, do nosso jeito, coletivamente, dividindo - poder público e sociedade civil - a responsabilidade das decisões.

Criamos um Conselho de Cultura, maioria da sociedade civil em todas as suas instâncias de participação e decisão, e sem presidente (modelo inventado por nós, do nosso gosto). Também garantimos nossa Lei de Patrimônio Cultural, que estabelece diretrizes para as políticas de preservação e manutenção do patrimônio local, porque sabemos que é fundamental não perder de vista nossas identidades, mais ainda, que precisamos fortalecer essas identidades, para não esquecer quem somos, nem onde queremos chegar.

Até mesmo um Cadastro Cultural - primeiro passo para organizarmos nosso Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais, nós cuidamos de criar; e ainda saímos lucrando nos mecanismos de financiamento de projetos culturais: além da Lei de Incentivo, já existente, nós criamos outro: o Fundo de Cultura, que funciona de modo mais simples que a Lei. O melhor, dessa parte, é que, quem discute, propõe e diz o que fazer (ou delibera, na língua de conselheiro) sobre os recursos disponíveis - são os fazedores que escolheram ser também conselheiros, e participar das decisões políticas, nas várias instâncias do Conselho.

Essas políticas - construídas a muitas mãos - criaram as condições para desenvolvermos um novo modo de administrar a cultura, sociedade civil e poder público dividindo, ou partilhando em co-responsabilidade (na língua de conselheiro), a gestão da cultura local. Uma das vantagens é não estar só nos momentos de escolha, de decisão, sempre muito difíceis, ainda mais quando os recursos são pequenos e ambíguos (ou instáveis, na língua de conselheiro).

Outra vantagem (trabalho que precisamos fazer) é tudo isso funcionar de maneira orgânica, ou sistêmica, o que significa dizer que deve ter 'liga', integração, interação, diálogo, conversa entre as partes. Para quem não conta com muitos recursos, é muito importante, vital até, ter políticas, programas,

projetos e ações integrados, harmônicos em seu funcionamento, e coerentes em sua relação com a realidade, em sua razão de existir.

O certo é que com essas políticas avançamos rumo à profissionalização da gestão cultural, tanto poder público, quanto iniciativa privada. Pois é..., estamos no mesmo nível de maturidade da Garibaldi. E se acabamos de entrar na idade adulta, vai ser o jeito virar gente grande. Por isso, é importante não perder o rumo, não esquecer que temos ainda muitos varadouros pela frente. Esses novos mecanismos ainda não dão conta de todas as necessidades (ou demandas, naquela outra língua) dos fazedores da cultura local. Portanto, não conferem à máquina do Sistema de Cultura, a potência que precisamos que ela tenha.

Às peças que já temos, precisamos juntar outros alicerces e rejuntes, principiando pela reestruturação da FGB, que deve renascer ganhando não só uma nova cara (ou uma nova arquitetura, naquela língua mais difícil), mais adequada a esse novo momento, como também vida longa com pessoas, com trabalhadores, com servidores públicos (pra falar direitinho). Então, tem que ser através de concurso público, de contratação de quadro técnico, pra garantir continuidade (ou permanência) às políticas construídas, entre outras coisas.

Falar em continuidade, outra peça dessas que ainda faltam ao nosso Sistema é o Plano Municipal de Cultura, que desejamos Plano de Estado (que na língua de conselheiro quer dizer construído pelas pessoas, por cidadãos, pela sociedade civil). Por isso, nos 'engendramos' mais uma vez em um processo que vai levar um pouco mais de tempo para terminar, mas está garantindo as condições para a participação e o envolvimento das pessoas e também para a qualificação necessária - dos gestores da Garibaldi e dos conselheiros interessados - a uma ação dessa natureza.

Na verdade, nosso Plano já está em construção, no Conselho, pelos conselheiros, e tem sua finalização prevista para o início de 2010, quando deverá ser discutido e deliberado em Conferência Extraordinária e, em seguida, encaminhado à Câmara de Vereadores. E então teremos uma Lei que,

registrando a vontade dos fazedores para os próximos dez anos, estabelece diretrizes, prioridades e estratégias para a cultura de Rio Branco. Um mapa do tesouro para o poder público.

Falar em Conferência, estamos às vésperas da nossa segunda. Pra nós, a conferência é a instância do Conselho (a máxima, a mais importante de todas) em que vamos fazer a primeira avaliação formal do Sistema de Cultura, ou melhor, em que vamos refletir sobre o funcionamento dessas políticas que construímos, sobre o que funcionou bem, o que funcional mal, o que não funcionou..., e encaminhar propostas que alterem e deixem melhor nosso Sistema.

Vamos também discutir e elaborar propostas para os eixos que compõem o temário das Conferências municipais, estaduais e nacional: Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento (nenhuma novidade ou grande dificuldade para quem na primeira conferência conseguiu construir um sistema de cultura e, na segunda, já vai avaliar esse sistema), e ainda eleger delegados para a Conferência Estadual.

É bom, então, lembrar um pouco sobre o que se faz numa conferência, que lugar é esse (ou que instância é essa do Conselho, falando como conselheiro), e o que se pode tratar nela?... No nosso caso, esse lugar é o mais importante do Conselho, é também um lugar de participação, de reflexão, de discussão (como as Câmaras Temáticas onde nos encontramos mensalmente), de aprofundamento, de decisão e de acompanhamento (como os Fóruns Setoriais onde nos encontramos a cada três meses). E, da mesma forma que nas Câmaras Temáticas e nos Fóruns, a condição para fazer parte é a disposição para a conversa, para o estudo, para a construção de consensos em torno de interesses coletivos.

Por isso, a mobilização é tão importante. No nosso caso, já entramos com a vantagem da disposição pra conversa. Estamos aprendendo a lidar com a tensão (constante) entre os nossos projetos individuais, as nossas demandas particulares - e os interesses coletivos, que precisamos defender como

conselheiros. Quase sempre procuramos fazer isso sem mascarar os conflitos, sem contribuir com a hipocrisia, admitindo (e não vendo nisso pecado mortal) que é difícil exercer o desprendimento total, embora seja muito forte nosso desejo de participar, de construir algo coletivo.

Mas, sendo do jeito que somos, não abrimos mão de discutir, de propor, de criar, de acompanhar a execução - do que foi decidido coletivamente - por parte do poder público. Por isso, na Conferência estaremos lá, mais uma vez, para confrontar, reunir, ajuntar, amontoar, conferir, conferenciar, deliberar, opor, combater, comparar (é isso mesmo que nos diz o dicionário Houaiss sobre conferência...)

E, como sabemos que é importante não abandonar o poder público, não largá-lo à sua própria sorte e risco, além de fortalecer e consolidar a atuação do Conselho, logo, logo, precisaremos começar a pensar e discutir nosso Programa de Formação na Área da Cultura. Esse programa deve nos ajudar a consolidar a cultura como área cuidada pela administração pública, institucionalizada, mas ao mesmo tempo deve ter a nossa cara, o que significa dizer que deve acontecer de modo adequado e coerente com a nossa realidade, mas também com essa área, de natureza tão abrangente, que é a cultura.

Enfim, poderíamos continuar essa prosa por um longo tempo, relacionando o que precisamos ainda fazer, e uma série de características ou marcas comuns que nos aproximam, que nos fazem cidadãos conscientes, comprometidos com o desenvolvimento da terrinha, e orgulhosos de nossa condição rio-branquense - acreana - brasileira.

Mas vamos transferir o resto dessa conversa para a Conferência, onde nos encontraremos mais uma vez dispostos ao diálogo, bem situados e orientados, com a bagagem cheinha das muitas histórias do nosso movimento social, político e cultural, só pra manter a prosa no mesmo rumo, e com a mesma qualidade. Até lá, então.